



juros são registrados em despesas financeiras. Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço. **k. Benefícios a empregados:** Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado. O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável. **l. Provisões:** Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes dos impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo. Os custos financeiros incorridos são registrados no resultado. **m. Receita operacional: (f) Venda de bens:** A receita operacional da venda de bens no curso normal das atividades é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos inerentes à propriedade dos bens foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a entidade, de que os custos associados e a possível devolução de mercadorias pode ser estimada de maneira confiável, de que não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável. Caso seja provável que descontos serão concedidos e o valor possa ser mensurado de maneira confiável, então o desconto é reconhecido como uma redução da receita operacional conforme as vendas são reconhecidas. O momento correto da transferência de riscos e benefícios varia dependendo das condições individuais do contrato de venda. **(ii) Serviços:** A receita de serviços prestados é reconhecida no resultado com base no estágio de conclusão do serviço na data de apresentação das demonstrações financeiras. O estágio de conclusão é avaliado por referência a pesquisas de trabalhos realizados.

**n. Receitas e despesas financeiras:** As receitas financeiras abrangem principalmente receitas de rendimentos sobre aplicações financeiras. As aplicações são representadas por Certificados de Depósito Bancário - CDB pós-fixados e por operações, os quais estão vinculados à variação de taxas dos certificados de depósitos interbancários - CDI. As aplicações financeiras são imediatamente convertíveis em dinheiro e sujeitas a um risco insignificante de mudança de valor. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos e financiamentos, líquidas do desconto a valor presente e variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos. Os ganhos e perdas cambiais são reportados em uma base líquida para transações de natureza similar. **o. Imposto de renda e contribuição social:** O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15% acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 ao ano para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido. As despesas com imposto de renda e contribuição social compreendem os tributos correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações contábeis e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações contábeis. Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação. Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis, contra os quais serão utilizados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável. **p. Resultado por ação:** O resultado básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro/prejuízo atribuível aos acionistas da sociedade, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais emitidas durante o exercício. Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia apresenta o resultado por ação diluído em mesmo montante que o cálculo básico, pois não existem instrumentos financeiros com direito a conversibilidade em ações e suas ações ordinárias e preferenciais não possuem distinção na participação dos lucros. **q. Determinação do valor justo:** Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos abaixo. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo. **(i) Passivos financeiros não derivativos:** O valor justo, que é determinado para fins de divulgação, é calculado baseando-se no valor presente do principal e fluxos de caixa futuros, descontados pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação das demonstrações financeiras para operações similares. Quanto ao componente passivo dos instrumentos convertíveis de dívida, a taxa de juros de mercado é apurada por referência a passivos semelhantes que não apresentam uma opção de conversão. **5 Caixa e equivalentes de caixa**

Clientes a receber de clientes do mercado interno 28.105 32.546  
Clientes a receber de clientes do mercado externo 1.932 3.544  
(-) Vendas com entrega futura (145)  
(-) Provisão para impairment de contas a receber de clientes (5) (303)  
(-) Ajuste a valor presente de contas a receber (977) (447)  
Total 28.910 33.340

A exposição da Companhia a riscos de crédito e moeda e perdas por redução no valor recuperável relacionadas a contas a receber de clientes são divulgadas na nota explicativa 20. As contas a receber de clientes estão apresentadas pelos seus valores justos. A exposição máxima ao risco de crédito na data do balanço é o valor contábil de cada classe de contas a receber mencionada acima. A Companhia não mantém nenhum título como garantia de contas a receber. A Companhia entende que o montante reconhecido como provisão para impairment de contas a receber é o montante suficiente para cobrir as perdas. **7 Estoques:**

Produtos acabados 3.702 3.860  
Produtos em elaboração 3.027 4.159  
Materiais-primas 6.885 6.261  
Materiais para consumo 1.359 1.421  
Estoques em trânsito 0 1  
Provisão para perdas em estoques (10) (9)  
Total 14.963 15.693

A Companhia avalia e mensura as perdas calculadas sobre os itens considerados obsoletos ou de baixa rotatividade e apurados pelo seu valor realizável líquido, registrando uma perda diretamente no resultado do exercício. **8. Adiantamentos a fornecedores:** A Companhia possui adiantamentos a fornecedores no montante de R\$ 869 (2018 - R\$ 2.815), sendo R\$ 589 (2018 - R\$ 2.186) referente ao setor auto-

motivo e R\$ 260 (2018 - R\$ 629) referente aos demais fornecedores.

**9. Impostos a recuperar**

	2019	2018
Circulante		
ICMS	212	186
ICMS e IPI sobre remessas IRPJ e CSLL	206	108
PIS, COFINS e IPI	880	505
PIS e COFINS - Processo de exclusão do ICMS da base de cálculo	236	4.253
Total	25.220	10.314
ICMS	26.754	15.366
Não circulante		
ICMS	285	
PIS e COFINS - Processo de exclusão do ICMS da base de cálculo		
Total	30.946	239
ICMS	31.232	239

A origem dos créditos acima relacionados é a seguinte: **ICMS:** Refere-se a créditos sobre aquisições de insumos utilizados na fabricação de produtos cuja venda está sujeita à base de cálculo reduzida, bem como a créditos sobre aquisições de insumos utilizados na fabricação de produtos destinados à exportação. **ICMS e IPI SOBRE REMESSAS:** Refere-se a créditos sobre remessas enviadas para conserto ou demonstração sujeitas à tributação na saída com prazo de retorno de até 60 dias. **IRPJ e CSLL:** Refere-se a impostos sobre o lucro, pagos a maior ao longo de anos anteriores, ou na forma de antecipação no exercício corrente, e de impostos retidos na fonte sobre operações financeiras. **PIS e COFINS - Processo de exclusão do ICMS da base de cálculo:** Refere-se ao reconhecimento de créditos referente ao processo judicial ativo de exclusão do ICMS sobre a base de cálculo do PIS e COFINS, que obteve decisão em segunda instância em 20 de novembro de 2018 e optou por apropriar o valor de R\$ 10.314 em 2018. A Companhia obteve o trânsito em julgado da referida ação em 4 de junho de 2019 e habilitação dos créditos no total de R\$ 60.877 em agosto de 2019, sendo R\$ 37.218 de valor principal e R\$ 23.659 de atualização pela SELIC. Durante o exercício de 2019, tributos federais foram compensados com o respectivo crédito no total de R\$ 4.711. A Companhia reconheceu os créditos a recuperar no seu ativo de acordo com o plano de recuperação, sendo R\$ 25.220 em até 12 meses e demais montantes entre 18 e 24 meses. **10 Imposto de renda e contribuição social diferidos:** O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros, atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e passivos e o seu respectivo valor contábil. O imposto de renda e a contribuição social diferidos têm a seguinte origem:

	2019	2018
Ativo não circulante		
Diferenças temporárias ativas	7.467	8.058
Base negativa de IRPJ e CSLL (prejuízo fiscal)	12.245	12.711
Total	19.711	20.769
Passivo não circulante		
Diferenças temporárias passivas	(8.290)	(6.353)
Ajuste de avaliação patrimonial (custo atribuído)	(25.227)	(25.430)
Total	(33.516)	(31.783)

**b. Movimento durante o exercício:**

	Saldo em 2018	Reconh. no result.	Saldo em 2019
Provisão para contingências	179	341	521
Provisão p/ créed. de liquid. duvidosa	103	(101)	2
Provisão para particip. nos resultados	340	216	556
Comissões bloqueadas	240	12	252
Outras diferenças temporárias ativas	458	334	792
Agio da incorporação	6.738	(1.394)	5.344
Base neg. de IRPJ e CSLL (prej. fiscal)	12.711	(466)	12.245
Valor justo das propr. p/ investimento	(2.534)	33	(2.501)
Depreciação acelerada	(3.117)	74	(3.043)
Outras diferenças temporárias passivas	(702)	(2.044)	(2.746)
Aj. de aval. patrim. (custo atribuído)	(25.430)	204	(25.227)
Total	(11.014)	(2.792)	(13.805)

	Saldo em 2017	Reconh. no result.	Saldo em 2018
Provisão para contingências	159	20	179
Prov. p/ créed. de liquid. duvidosa	214	(111)	103
Provisão p/ partic. nos resultados	252	88	340
Comissões bloqueadas	298	(58)	240
Outras diferenças temporárias ativas	871	(413)	458
Agio da incorporação	8.132	(1.394)	6.738
Base negativa de IRPJ e CSLL (prejuízo fiscal)	13.123	(412)	12.711
Valor justo das propr. p/ investimento	(4.904)	2.370	(2.534)
Depreciação acelerada	(3.117)	(3.117)	(6.234)
Outras diferenças temp. passivas	(491)	(211)	(702)
Aj. de aval. patrim. (custo atribuído)	(25.632)	202	(25.430)
Total	(7.976)	(3.036)	(11.014)

As movimentações de imposto de renda e contribuição social diferidos durante os exercícios demonstrados foram integralmente reconhecidas no resultado. Em 31 de dezembro de 2019, foram revertidos os impostos diferidos ativos sobre prejuízos fiscais no montante de R\$ 466 (2018 - R\$ 412). O planejamento estratégico da Companhia indica que os saldos de créditos tributários decorrentes de prejuízos fiscais em 31 de dezembro de 2019 serão absorvidos por lucros tributáveis estimados para os próximos anos, conforme demonstrado abaixo:

	2019	2018
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	27.797	6.752
Base de cálculo	27.797	6.752
Alíquota nominal - %	34%	34%
Adições e exclusões permanentes	—	—
Base negativa de IRPJ e CSLL (prejuízo fiscal)	(466)	(413)
Agio da incorporação	(1.394)	(1.394)
Sélic - Processo ICMS na BC Pis e Cofins (Nota 16)	(8.044)	(8.044)
Outros	(698)	(6.890)
Total	(1.151)	(6.401)

**c. Despesas com imposto de renda e contribuição social corrente e diferido:** A conciliação do imposto de renda e contribuição social calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas sobre o resultado é demonstrada como segue:

	2019	2018
Impostos de renda e contribuição social	727	(997)
Corrente	827	(1.877)
Diferido	(100)	(880)
Total	727	(997)
Alíquota efetiva	-4%	-95%

**11. Depósitos judiciais:** A Companhia possui depósitos judiciais no montante de R\$ 2.310 (2018 - R\$ 2.617). Líquidos de provisões para contingências, relativos a demandas ajuizadas contra a Companhia.

**12. Imobilizado: a. Composição do ativo imobilizado:** A composição do ativo imobilizado em 31 de dezembro de 2019 e 2018 está apresentada a seguir:

	2019	2018
Itens média ponderada		
Terrenos	578	578
Terrenos (Custo Atribuído)	49.768	49.768
Prédios e benfeitorias	2%	15.385 (7.533)
Prédios (Custo Atribuído)	2%	26.824 (2.395)
Instalações	5%	5.246 (3.405)
Máquinas e equipamentos	8%	107.450 (64.251)
Móveis e utensílios	16%	514 (409)
Veículos	12%	472 (283)
Equipamentos de informática	17%	2.315 (1.969)
Imobilizações em andamento		4.370
Direito de uso	20%	1.515 (202)
Total	214.455	(80.562)

	2019	2018
Itens média ponderada		
Terrenos	578	578
Terrenos (Custo Atribuído)	49.768	49.768
Prédios e benfeitorias	2%	15.385 (7.533)
Prédios (Custo Atribuído)	2%	26.824 (2.395)
Instalações	5%	5.230 (3.294)
Máquinas e equipamentos	8%	106.672 (61.520)
Móveis e utensílios	16%	491 (392)
Veículos	12%	563 (325)
Equipamentos de informática	17%	2.291 (1.866)
Imobilizações em andamento		3.544
Total	211.346	(76.725)

**b. Movimentação do custo e depreciação:** A movimentação do valor residual líquido do ativo imobilizado da Companhia está apresentada abaixo:

	2019	2018
Itens		
Terrenos	578	578
Terrenos (Custo Atribuído)	49.768	49.768
Prédios e benfeitorias	2%	7.853 (112)
Prédios (Custo Atribuído)	2%	25.027 (599)
Instalações	5%	1.938 (111)
Máquinas e equipamentos	8%	45.151 1.584 (811) (3.482)
Móveis e utensílios	16%	98 25 (3) (20)
Veículos	12%	238 (91) (22)
Equipamentos de informática	17%	425 27 (3) (105)
Imobilizações em andamento		827
Direito de uso	20%	1.515 (202)
Total	134.620	4.011 (907) (4.653) 822

	2019	2018
Terrenos	50.346	50.346
Prédios e Instalações	34.029	34.818
Total	84.375	85.164

**Garantias:** Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, existem bens dados como garantia de empréstimos e financiamentos conforme composição a seguir:

	2019	2018
Terreno localizado em Caxias do Sul/RS - BR 116	4.692	4.692
Terreno localizado em Caxias do Sul/RS - Rua Mansueto Bossardi - Lotes 1 e 43	377	377
Terreno localizado em Caxias do Sul/RS - Rua Mansueto Bossardi - Lote 41	2.690	2.690
Terreno e prédio localizado em Caxias do Sul/RS - Rua Angelina Michielon	13.940	13.940
Gainho/(perda) líquido de ajuste a valor justo	(1.417)	—
Total	20.282	21.699

As propriedades para investimento são mantidas para rendimentos de aluguel de longo prazo. Elas são reconhecidas pelo valor justo. Mudanças no valor justo são apresentadas na demonstração do resultado como "Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas" (Nota 23). **14 Empréstimos e financiamentos:**

	2019	2018
Moeda / Encargos		
Real / 7,50%		
à 8,20% a.a	121	121
USD / 6,8%		
à 8,00% a.a	14.022	15.933
Real / CDI + 2,5%		
à 7,9% a.a	15.470	56.144
Real / CDI + 0,43% a.m.		
1,140	196	
Passivo de arrendamento		
Real / 7,85% a.a.	319	1.062
Total	29.932	57.327

Os empréstimos e financiamentos vencem até 2022 e são compostos por operações de adiantamento de contrato de câmbio (ACC) com juros pré-fixados de 6,8% a 8,0% a.a. e vencimentos em até 12 meses, operações de capital de giro e financiamento com juros pré-fixados de 2,5% a 9,6% a.a. e variação pela taxa de juros de longo prazo. As linhas de Finame foram obtidas para financiar a expansão das atividades da Companhia. As operações que vencem dentro do ano são linhas que estão em processo de renegociação junto às instituições credoras. As garantias oferecidas aos financiamentos são terrenos, prédios e instalações (Nota 12). **(a) Movimentação dos empréstimos**

	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2018
Dívida líquida em 1o de janeiro	91.657	95.369
Movimentações que afetaram o fluxo de caixa		
Obtenção de empréstimos	11.435	10.329
Pagamento de empréstimos	(17.890)	(14.723)
Pagamento de juros	(9.502)	(7.991)
Movimentações que não afetaram o fluxo de caixa		
Prov. de juros e var. cambial	10.044	8.673
Aquis. de novos arrendamentos	1.515	—
Dívida liq. em 31 de dezembro	87.259	91.657

**(b) Cláusulas contratuais restritivas:** A Companhia possui contrato de empréstimo com cláusulas que determinam níveis máximos de endividamento e alavancagem para cobertura de pagamentos de principal e encargos com o objeto garantidor da dívida, na ordem de 2,3 vezes a dívida líquida ajustada. Até o momento todos as cláusulas contratuais restritivas acordadas com o Banco do Brasil e demais instituições financeiras estão sendo cumpridas. **15 Impostos a recolher**

	2019	2018
Circulante		
IRPJ e CSLL a recolher	858	1.254
ICMS e ICMS-ST a recolher	1.106	451
PIS e COFINS a recolher	432	1.163
IPI a recolher	1.034	1.670
PERT Fazendário	2.650	1.926
Parcelamento de tributos	8.614	4.910
Total	14.694	11.374

**Parcelamento de tributos:** Em 2017, a Companhia fez adesão ao PERT (Programa Especial de Regularização Tributária - MP 783/2017) em 120 (cento e vinte) parcelas mensais. Em 2019, a Companhia aderiu a um novo programa de parcelamento de Tributos Federais em 60 (sessenta) parcelas mensais. **16 Provisão para contingências:** Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia apresentava os seguintes saldos de provisões para processos tributários e trabalhistas, líquidas de depósitos judiciais correspondentes:

	2019	2018
Depósitos judiciais compensáveis		
2019	790	577
2018	577	790
Provisão para contingências		
2019	1.531	528
2018	63	969
Saldo líquido da provisão		
2019	1.594	1.497
2018	805	920
Adição de Reversão de provisão		
2018	—	—
2019	—	—
Movimentação da provisão para contingências		
2017	528	1.506
2018	969	362
2019	1.497	1.868
Total das provisões	470	58
2019	62	1.307
2018	532	1.365

**Provisões de natureza trabalhistas:** A Companhia é parte envolvida em processos trabalhistas em andamento, e está discutindo essas questões na esfera judicial, as quais, quando aplicáveis, são amparadas por depósitos judiciais. Consistem, principalmente, em reclamações trabalhistas de ex-empregados e estão vinculadas a discussões sobre verbas oriundas do contrato de trabalho. **Provisões de natureza fiscal:** As provisões de natureza fiscal referem-se a honorários a serem pagos a consultorias tributárias no mês de compensação dos créditos tributários apropriados. A Companhia impetrou mandado de segurança no exercício de 2019 através de seus advogados externos para não incluir a correção SELIC na base de cálculo do IRPJ e CSLL originada na habilitação do crédito oriundo do processo de exclusão do ICMS na base de cálculo de PIS e COFINS que teve sua ação original transitada em julgado em agosto de 2018. Com base neste mandado, o lucro tributável do exercício de 2019 foi deduzido em R\$ 23.659 referente a SELIC sobre atualização do indébito citado, resultando em redução no valor imposto de renda de R\$ 8.044. Conforme posição dos consultores legais externos da Companhia a probabilidade de que o tratamento fiscal adotado não seja aceito é possível. A Companhia também é parte envolvida em processos trabalhistas, cíveis, tributários e outros, cujos riscos de perda estão classificados como possíveis pela administração e seus consultores legais externos, para os quais não há provisão constituída, vide quadro abaixo:

	2019	2018
Trabalhista	447	3.830
Fiscal	13.568	

**CONTINUAÇÃO >>> Pisaní Plásticos S.A. CNPJ: 87.833.737/0001-73 NIRE 43 3 00019870 Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)**

culdades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia. A Companhia constantemente monitora suas exigências de fluxo de caixa operacional e otimização de seu retorno de caixa sobre investimentos. A Companhia garante que possui saldo suficiente para superar sua necessidade de capital de giro operacional, incluindo o cumprimento de obrigações financeiras; isto exclui o impacto potencial de circunstâncias extremas que não podem ser razoavelmente previstas, como desastres naturais. **c. Risco de mercado:** Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio e taxas de juros, impactem nos ganhos da Companhia ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições aos riscos, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. **Risco de taxa de juros:** Os resultados da Companhia estão suscetíveis a variações das taxas de juros incidentes sobre aplicações financeiras e empréstimos e financiamentos com taxas de juros variáveis, principalmente CDI. **Risco de preço das mercadorias vendidas ou produzidas ou dos insumos adquiridos:** Decorre da possibilidade de oscilação dos preços de mercado dos produtos comercializados ou produzidos pela Companhia e dos demais insumos utilizados no processo de produção. Essas oscilações de preços podem provocar alterações substanciais nas receitas e nos custos da Companhia. Para mitigar esses riscos, a Companhia monitora permanentemente os mercados locais e internacionais, buscando antecipar-se a movimentos de preços. **Exposição a preços de matéria-prima:** O plástico é a matéria-prima principal da Companhia e tem seus preços expostos a flutuações do mercado nacional e internacional. **d. Risco operacional:** Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Companhia e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. Riscos operacionais surgem de todas as operações da Companhia. O objetivo da Companhia é administrar o risco operacional, visando evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à sua reputação, e buscar eficácia de custos e evitar procedimentos de controle que restrinjam iniciativa e criatividade. A principal responsabilidade para o desenvolvimento e implementação de controles para tratar riscos operacionais é atribuída à alta Administração. A responsabilidade é apoiada pelo desenvolvimento de padrões gerais da Companhia para a administração de riscos operacionais nas seguintes áreas: • Exigências para segregação adequada de funções, incluindo a autorização independente de operações; • Exigências para a reconciliação e monitoramento de operações; • Cumprimento com exigências regulatórias e legais; • Documentação de controles e procedimentos; • Exigências para a avaliação periódica de riscos operacionais enfrentados e a adequação de controles e procedimentos para tratar dos riscos identificados; • Exigências de reportar prejuízos operacionais e as ações corretivas propostas; • Desenvolvimento de planos de contingência; • Treinamento e desenvolvimento profissional; • Código de ética e conduta; • Padrões éticos e comerciais; e • Mitigação de risco, incluindo seguro quando eficaz. **e. Risco de estrutura de capital (ou risco financeiro):** Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia realiza para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e a otimização do custo médio ponderado do capital, a Companhia monitora permanentemente os níveis de endividamento ligados a passivos originados em suas operações de acordo com os padrões de mercado.

	2019		2018	
	Nota	Custo amortiz. Total	Custo amortiz. Total	
Ativos				
Caixa e equiv. de caixa	5	2.509	2.509	3.168
Contas a rec. de clientes	6	28.910	28.910	35.340
Passivos				
Emp. e financiamentos	14	87.259	87.259	91.657
Fornec. e outras obrig.	17	9.188	9.188	10.398
Adiant. de clientes		9.179	9.179	11.013
Total		137.045	137.045	151.576

**b. Riscos de crédito: Exposição a riscos de crédito:** O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações financeiras é:

	Valor contábil	
	2019	2018
Caixa e equivalentes de caixa	5	2.509
Contas a receber de clientes	6	28.910
Total		31.419

Em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018, a posição

	Fluxo de caixa		6 meses				
	Valor contábil	contratual	ou menos	6-12 meses	1-2 anos	2-4 anos	5 anos ou mais
31 de dezembro de 2019							
Passivos financeiros							
Empréstimos e financiamentos	87.259	102.286	21.445	10.242	19.677	50.922	
Fornecedores e outras obrigações	9.188	9.188	9.188				
Total	96.447	111.474	30.633	10.242	19.677	50.922	

31 de dezembro de 2018

	Fluxo de caixa		6 meses				
	Valor contábil	contratual	ou menos	6-12 meses	1-2 anos	2-4 anos	5 anos ou mais
31 de dezembro de 2018							
Passivos financeiros							
Empréstimos e financiamentos	91.657	133.414	9.416	28.675	19.292	21.599	54.432
Fornecedores e outras obrigações	10.398	10.398	10.398				
Total	102.055	143.812	19.814	28.675	19.292	21.599	54.432

**d. Risco cambial: Exposição a moeda estrangeira:** A exposição da Companhia ao risco de moeda estrangeira, dólar norte-americano, foi a seguinte (base em valores nominais).

	2019		2018	
	Valor contábil	equivalente em US\$ mil	Valor contábil	equivalente em US\$ mil
Dólar em 31/12	4.030	3.874	4.030	3.874

Clientes a receber de clientes do mercado externo

	2019		2018	
	Valor contábil	2019	Valor contábil	2018
Dólar (USD)	4.030	3.874	4.030	3.874

**Análise de sensibilidade para exposição a moeda estrangeira:** A administração estima que, caso o dólar se desvalorize perante o Real em 10%, o total do ativo líquido em dólar norte-americano sofreria uma diminuição irrelevante considerando a posição em aberto em 31 de dezembro de 2019. **e. Risco de taxa de juros: Perfil:** Na data das demonstrações financeiras, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros da Companhia era:

	2019		2018	
	Valor contábil	2019	Valor contábil	2018
Instrumentos de taxa fixa	(24.833)	(26.778)		
Passivos financeiros				
Instrumentos de taxa variável	(71.614)	(75.277)		
Passivos financeiros				
Valor justo				

Os valores justos dos instrumentos financeiros "não derivativos" obtidos através da metodologia acima, apresentados apenas para fins de demonstração, são como segue:

	2019		2018	
	Valor contábil	justo	Valor contábil	justo
Ativos financeiros:				
Caixa e equivalentes de caixa	2.509	2.509	3.168	3.168
Total	2.509	2.509	3.168	3.168

Passivos financeiros:

	2019		2018	
	Valor contábil	justo	Valor contábil	justo
Empréstimos e financiamentos	87.259	87.259	91.657	91.657
Total	87.259	87.259	91.657	91.657

Na avaliação do valor justo dos instrumentos financeiros, foram consideradas as seguintes premissas pela Administração da Companhia: **Caixa e equivalentes de caixa:** Os depósitos bancários de curto prazo possuem liquidez diária com recompra considerando remuneração prevista na curva de rendimento do instrumento e, desta

menor em R\$ 10.314. Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável

de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejamos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e

das contas a receber de clientes vencidas e a vencer é a seguinte:

	2019		2018	
	Valor contábil	2019	Valor contábil	2018
Valores vencidos:				
Até 30 dias	1.683	1.363		
31 a 60 dias	362	729		
61 a 90 dias	155	264		
91 a 180 dias	328	112		
Mais de 181 dias		2.041		
Total	2.528	4.509		

A vencer:

	2019		2018	
	Valor contábil	2019	Valor contábil	2018
Até 30 dias	13.782	18.616		
31 a 60 dias	4.204	7.010		
61 a 90 dias	2.756	4.815		
Mais de 91 dias	6.767	1.140		
Total	27.509	31.581		

(-) Vendas com entrega futura

	2019		2018	
	Valor contábil	2019	Valor contábil	2018
(-) Provisão para impairment de contas a receber de clientes	(5)	(303)		
(-) Ajuste a valor presente de contas a receber	(977)	(447)		
Total líquido	28.910	35.340		

**c. Risco de liquidez:** A seguir, estão as maturidades contratuais de passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados:

	2019		2018	
	Valor contábil	2019	Valor contábil	2018
Fluxo de caixa				
6 meses				
6-12 meses				
1-2 anos				
2-4 anos				
5 anos ou mais				

Wendell de Jesus

	2019		2018	
	Valor contábil	2019	Valor contábil	2018
Wendell de Jesus	267.853	275.743		
Prestação de serviços	309			
Revenda de mercadorias	365	141		
(-) Impostos sobre vendas	(72.572)	(74.756)		
(-) Devoluções e abatimentos	(1.767)	(1.767)		
(-) Ajuste a valor presente sobre receitas	(6.566)	(6.293)		
Receita líquida	187.622	193.068		

**23 Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas**

	2019		2018	
	Valor contábil	2019	Valor contábil	2018
Receita de exclusão de ICMS na base de cálculo do PIS e COFINS	28.624			
Subvenção governamental (custeio)	774	1.392		
Outros	(7.012)	7.656		
Total	22.386	9.048		

**24 Despesas por natureza**

	2019		2018	
	Valor contábil	2019	Valor contábil	2018
Matéria-prima / produtos adquiridos	(97.440)	(98.113)		
Despesas com pessoal	(48.562)	(45.708)		
Energia elétrica	(8.781)	(7.449)		
Manutenção de equipamentos industriais	(3.967)	(2.097)		
Depreciação e amortização	(4.265)	(4.371)		
Serviços de terceiros	(11.456)	(7.097)		
Frete sobre vendas	(3.987)	(4.346)		
Comissões sobre vendas	(4.081)	(4.527)		
Outras despesas	(8.543)	(6.638)		
Total	(191.082)	(180.346)		

Despesas com vendas

	2019		2018	
	Valor contábil	2019	Valor contábil	2018
Despesas administrativas e gerais	(8.068)	(8.873)		
Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados (antes do ajuste a valor presente)	(166.571)	(158.032)		
(-) Ajuste a valor presente de compras	2.186	2.341		

Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados

	2019		2018	
	Valor contábil	2019	Valor contábil	2018
Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados	(164.385)	(155.691)		
Total	(191.082)	(180.346)		

**25 Resultado financeiro**

	2019		2018	
	Valor contábil	2019	Valor contábil	2018
Descontos obtidos e juros recebidos	63	(740)		
Varição cambial ativa	3.357	3.664		
Receitas com aplicações financeiras	71	14		
Outras receitas financeiras (Nota 9)	23.213	76		
Total	26.704	3.014		

Ajuste a valor presente sobre vendas

	2019		2018	
	Valor contábil	2019	Valor contábil	2018
Receitas financeiras, líquidas	6.037	6.537		
Despesas financeiras	(32.741)	(9.551)		

**Despesas financeiras**

	2019		2018	
	Valor contábil	2019	Valor contábil	2018
Encargos financeiros sobre empréstimos e financiamentos	(9.863)	(13.298)		
Varição cambial passiva	(3.826)	(5.735)		
Deságio sobre duplicatas	(2.691)	(2.027)		
Juros e multa sobre parcelamento de tributos	(5.051)			
Despesa financeira sobre arrendamento	(182)			
Outras despesas financeiras	(66)	(1.153)		
Total	(21.678)	(22.213)		

Ajuste a valor presente sobre compras

	2019		2018	
	Valor contábil	2019	Valor contábil	2018
Despesas financeiras, líquidas	(23.871)	(24.569)		

**26 Lucro por ação: Básico e diluído:** O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da sociedade, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais emitidas durante o exercício:

	2019		2018	
	Valor contábil	2019	Valor contábil	2018
Lucro líquido atribuível aos acionistas	26.646	351		
Quantidade de ações em circulação (em milhares)	15.292	15.292		
Quantidade média de ações (em milhares)	15.292	15.292		
Lucro por ação	1.742	0,023		

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a Companhia apresenta o resultado por ação diluído em mesmo montante que o cálculo básico, pois não existem instrumentos financeiros com direito a conversibilidade em ações e suas ações ordinárias e preferenciais não possuem distinção na participação dos lucros. **27 Cobertura de seguros (não auditado)** Em 31 de dezembro de 2019, a cobertura de seguros contra riscos operacionais era composta por R\$ 82.800 para danos materiais, R\$ 13.200 para responsabilidade civil. **28 Programa de participação nos resultados:** A participação de empregados foi calculada conforme estabelecido no Programa de Participação nos Resultados homologado nos sindicatos das categorias, em conformidade com o disposto na Lei nº 10.101 de 19 de dezembro de 2000. O montante de participações nos resultados referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019 foi de R\$ 2.857 (R\$ 1.001 - 2018). **29 Eventos subsequentes:** Desde janeiro de 2020, com a escalada do novo coronavírus (COVID-19) e a pandemia decretada pela Organização Mundial de Saúde (OMS) os mercados financeiros globais têm apresentado deterioração, principalmente, nos ativos financeiros. Os esforços para desacelerar o crescimento do vírus mostraram-se efetivos nos países mais afetados até o momento, tais como fechamento de aeroportos, fábricas, shoppings, escolas e, inclusive, fronteiras. Levará tempo para que as medidas tomadas ao redor do mundo consigam estabilizar a curva de crescimento de novos casos de contaminação da COVID-19. Os reais impactos na economia ainda são incertos, de difícil mensuração e também dependerão da efetividade das medidas adotadas pelos Governos e dos esforços coordenados dos Bancos Centrais para prover liquidez ao mercado e às empresas dos setores mais afetados. A governança da Companhia monitora a situação diariamente, tendo em vista que o mercado financeiro no Brasil e em outras economias maduras vêm apresentando substancial desvalorização no valor dos ativos financeiros, incluindo aqueles atualmente detidos pela Companhia.

**Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras**